

Revista Portuguesa de Educação
Universidade do Minho
rpe@iep.uminho.pt
ISSN (Versión impresa): 0871-9187
PORTUGAL

2004

António Teodoro

MOBILIZAÇÃO EDUCATIVA EM TEMPOS DE CRISE REVOLUCIONÁRIA.
PERIFERIA E CENTRO NO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DAS ESCOLAS
(1974-1976)

Revista Portuguesa de Educação, año/vol. 17, número 002

Universidade do Minho

Braga, Portugal

pp. 181-207

Mobilização educativa em tempos de crise revolucionária. Periferia e centro no processo de democratização das escolas (1974-1976)*

António Teodoro

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal

Resumo

A Revolução Portuguesa do 25 de Abril de 1974 permitiu uma mobilização social sem precedentes na história do país. Neste artigo, incluído numa iniciativa que pretende comemorar 30 anos de governo democrático das escolas, procura-se reflectir sobre os modos como a mobilização dos actores escolares (em particular, professores e estudantes) na periferia do sistema se foi repercutindo no centro, ou seja, nos programas políticos (e na acção) dos diferentes governos provisórios. Defende-se que, neste período de 1974-1976, houve uma deslocação do poder para as escolas, o que permitiu uma reformulação (e remobilização) dos objectivos da reforma educativa, dando-lhe novas dimensões nos campos da participação democrática, da igualdade de oportunidades de sucesso na educação, dos conteúdos das aprendizagens e da ligação à sociedade. Essas políticas, inseridas ainda num contexto de procura optimista da educação, reforçaram o eixo educação-democracia, permitindo, em tempos de crise revolucionária, mobilizar os actores e legitimar as suas opções de política educativa.

Somos assim chegados ao 25 de Abril que é (até que ponto?) um tempo de ruptura. Um tempo que levanta tensões e problemas acumulados; que liberta forças criadoras represadas. Na vida social, são a emergência do poder popular de base, do poder laboral, do poder autárquico, do poder partidário. Nas escolas, por vezes convulsivamente, busca-se um novo ordenamento. São os saneamentos políticos e pedagógicos — ou a depuração do sistema. É a procura ou a reclamação de novos planos e conteúdos do ensino, de renovadas formas de avaliação — ou a reformulação política, cultural, pedagógica dos

objectivos da educação. É a busca de novas modalidades de governo e administração dos estabelecimentos de ensino — ou a gestão escolar democrática. É, finalmente, a livre associação dos professores, autoritariamente suprimida quarenta anos atrás. Bem pode dizer-se que graças aos militares e ao apoio popular que, naquela Primavera de 74, o seu acto imediatamente recebeu, bem pode dizer-se que se verificou, então sim, uma libertação da sociedade civil, para usar a expressão do marxismo gramsciano que os nossos neoliberais antimarxistas tanto gostam agora de utilizar, com duvidosa propriedade (R. Grácio, 1984, pp. 79-80).

Nos trabalhos de índole histórica ou sociológica sobre a revolução portuguesa de Abril existe um assinalável consenso sobre duas das suas características marcantes: (i) a existência de um forte movimento social popular, que impulsionou muitas das transformações verificadas na sociedade portuguesa; e, (ii) a paralisia generalizada no seio das estruturas do aparelho de Estado, em resultado de uma acesa luta pelo seu controlo político.

A *explosão* de movimentos e iniciativas em praticamente todos os campos da sociedade — nas escolas, na administração local, no movimento sindical, na habitação, na gestão das empresas, na redistribuição da propriedade agrária, na alfabetização e educação de adultos, na cultura — representou um elemento caracterizador do processo político iniciado em Abril de 1974, não podendo ser reduzida, como sublinha Boaventura de Sousa Santos (1990), "a estratégias partidárias ou mesmo à decisão do MFA de promover ou aceitar, a certa altura, os termos da *Aliança Povo/MFA*" (p. 60). Este elemento caracterizador, particularmente relevante no campo da educação, transformou-se mesmo no *motor endógeno* de desenvolvimento (Petrella, 1990), conduzindo a que as transformações mais significativas nos campos social e económico tivessem, em geral, a sua origem nesses movimentos sociais que, a partir da *periferia*, impuseram ao *centro* a tomada de determinado tipo de decisões e medidas.

A acção militar do 25 de Abril foi desencadeada e realizada pelo Movimento das Forças Armadas, organizada a partir da oficialidade intermédia, autonomamente face à hierarquia militar. Todavia, consumado o derrube do Estado Novo, o MFA entregou o "exercício do poder político"¹ a uma junta constituída por oficiais generais e oficiais superiores dos três ramos das Forças Armadas, a Junta de Salvação Nacional², a quem coube, nos termos do Programa do MFA, indicar o Presidente da República de entre os

seus membros. A este, ainda segundo o programa, competia, "após assumir as funções", nomear o *Governo Provisório civil* composto por "personalidades representativas de grupos e correntes políticas e personalidades independentes que se identifiquem com o presente programa"³.

Indicado pela Junta de Salvação Nacional para exercer as funções de Presidente da República, ao General António de Spínola competiu a escolha do Primeiro Ministro e a indigitação do *Governo Provisório civil*. Pensando inicialmente em Veiga Simão para liderar esse governo, Spínola não teve, como é sabido, condições políticas para levar por diante essa sua intenção⁴, acabando por convidar, depois de recusar os três nomes propostos pela Comissão Coordenadora do Programa do MFA, uma personalidade com um *perfil conservador-liberal* (A. Reis, 1994) da sua inteira confiança, Palma Carlos. Contudo, será a Veiga Simão que Spínola recorrerá para a elaboração do Programa do I Governo provisório, que virá a ser aprovado, não pelo próprio Governo, mas por um decreto da Junta de Salvação Nacional⁵.

Encarregue dessa tarefa num curto período de tempo, Veiga Simão fará o que antes lhe era habitual como Ministro da Educação: pedirá a um seu colaborador directo um projecto, ouvirá as opiniões de outros seus colaboradores próximos e assumirá o texto resultante desse processo, com uma ou outra alteração em função da opinião que construiu no decorrer das consultas e conversas realizadas. Neste caso, foi a Adelino Amaro da Costa, então Director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação Nacional, que Veiga Simão recorreu para elaborar o projecto pedido por Spínola, tendo depois Amaro da Costa pedido a Freitas do Amaral para escrever o primeiro — e, possivelmente, decisivo — esboço de programa do Governo provisório⁶.

No plano político geral, o programa era, no dizer do próprio Freitas do Amaral, "moderado, centrista e neo-liberal", com um conteúdo "europeísta em política externa, liberal em política económica e socialmente generoso em política social" (Amaral, 1995, p. 169), mantendo aberta, na questão decisiva da resolução do problema colonial, a possibilidade de uma solução federalista, que Spínola voltará a defender no discurso que proferiu ao dar posse ao Governo. No plano específico da política educativa, o programa apresentava um tom bastante genérico, tendo, todavia, um fio condutor explícito — o *desenvolvimento da reforma educativa*.

8. *Política educativa, cultural e de investigação*

- a) Mobilização de esforços para a erradicação do analfabetismo e promoção da cultura, nomeadamente nos meios rurais;
- b) Desenvolvimento da reforma educativa, tendo em conta o papel da educação na criação de uma consciência nacional genuinamente democrática, e a necessidade da inserção da escola na problemática da sociedade portuguesa;
- c) Criação de um sistema nacional de educação permanente;
- d) Revisão do estatuto profissional dos professores de todos os graus de ensino e reforço dos meios ao serviço da sua melhor formação;
- e) Ampliação dos esquemas de acção social escolar e de educação pré-escolar, envolvendo obrigatoriamente o sector privado, com vista a um mais elevado processo de implantação do princípio da igualdade de oportunidades;
- f) Criação de esquemas de participação de docentes, estudantes, famílias e outros interessados na reforma educativa, visando, em especial, a liberdade de expressão e a eficiência do trabalho; [...] (Decreto-lei 203/74, de 15 de Maio).

Para além da (co)autoria do Programa do Governo provisório, Veiga Simão vai procurar, no dizer de um seu outro colaborador próximo, que o "que se tinha feito na Educação não se perdesse" com a revolução⁷, desdobrando-se em contactos e convites para a equipa do Ministério da Educação. Assegurada a presença de Eduardo Correia, um professor de Direito da Universidade de Coimbra, como Ministro da Educação⁸, Veiga Simão procurou inicialmente colocar três dos seus mais directos colaboradores como Secretários de Estado⁹. Não o tendo conseguido, devido à contestação que os meios estudantis¹⁰ e do professorado¹¹ começavam já a desenvolver exigindo o *saneamento* do Ministério, bem como à oposição de sectores do MFA e de personalidades como Francisco Pereira de Moura, na altura Ministro sem Pasta do Governo provisório em representação do MDP/CDE, a Veiga Simão vai ainda dever-se a estrutura da equipa ministerial, com a criação da Secretaria de Estado da Reforma Educativa, e a indicação de Protes da Fonseca para a Secretaria de Estado da Administração Escolar¹².

Apesar de apontado como um objectivo do Governo provisório o desenvolvimento da reforma educativa, a realidade era já outra. O poder *deslocava-se para as escolas* (Lima, 1992; Stoer, 1986)¹³ e para o movimento social, onde as nascentes estruturas sindicais dos professores começavam já a assumir um papel de destaque no campo escolar, estabelecendo-se uma *agenda* que não era compaginável com uma transição controlada. As

demissões em massa das autoridades académicas e escolares e a eleição de comissões directivas com a participação de docentes, estudantes e funcionários, a imediata integração dos professores afastados pelo Estado Novo, a exigência de profundas mudanças no aparelho do Ministério da Educação, mostravam que a iniciativa política se encontrava na periferia do sistema. Às formulações vagas e cautelosas tanto do Programa do MFA como do Programa do Governo provisório, o movimento social (e político) respondia com o uso, sem limites, das liberdades de associação e expressão, impondo soluções na prática antes de qualquer legislação. Paralelamente ao que se passava com os partidos políticos¹⁴, também o movimento social nas escolas se afirmará sem necessitar de qualquer diploma legal regulador prévio, antes condicionando, pela sua prática, a legislação que posteriormente virá a ser publicada.

A intenção de levar por diante a lei 5/73, com os seus instrumentos legislativos regulamentadores complementares e o planeamento de meios previsto no IV Plano de Fomento, na nova situação revolucionária, começou imediatamente a ser posto em causa. No movimento social, as reivindicações iam no sentido de que um *Portugal novo* exigia uma *reforma educativa nova*, o que seria um *trabalho para homens novos*.

As classes trabalhadoras e os vastos sectores progressistas da sociedade portuguesa sentem, sem reservas, a urgente necessidade de uma reforma democrática do ensino. Uma reforma que ponha a educação ao serviço do Povo e seja, nas mãos deste, um instrumento democrático para a conquista do futuro. Mas os professores sabem estar ainda radicada em certos meios a intenção de imprimir à política actual do M.E.C. um conteúdo e uma linha de acção fortemente — se não totalmente — tutelada pelo ex-ministro prof. Veiga Simão e a sua reforma do ensino.

A reforma Veiga Simão tem o seu "processo" feito. Sobre ela se têm vindo a pronunciar, desde 1971, os que consideraram um imperativo de consciência apontar-lhe os erros e insuficiências, e os que ousaram denunciar o cariz demagógico que marcou a sua elaboração e o início da sua viabilização prática. É uma reforma com imensas virtualidades que seria perigoso não reconhecer e extremamente incorrecto não aproveitar. Mas é uma reforma que se fez com e sob o fascismo: foi proposta por um governo fascista, apoiada por uma Câmara Corporativa fascista, ratificada por uma Assembleia Nacional fascista, pseudo-referendada por uma farsa de participação popular.

Por isso os professores a rejeitam e em seu lugar propõem uma reforma que se aproprie, sim, do que de positivo contém a reforma Veiga Simão, mas que seja, no seu todo, pensada e discutida colectivamente, elaborada e aplicada participadamente.

Para um Portugal novo, uma reforma educativa nova [...].

Quem pactuou directamente com uma prática educativa fascista não pode, de modo algum, considerar-se habilitado a promover uma prática educativa voltada para "a criação de uma consciência nacional genuinamente democrática".

Preparar uma educação nova é trabalho para homens novos (Carta aberta ao Ministro da Educação e Cultura da Comissão Instaladora do Sindicato dos Professores, datada de 20 de Maio de 1974)¹⁵.

As contradições do processo político desse período levaram igualmente a que tivesse sido empossado como Secretário de Estado da Reforma Educativa um prestigiado professor de Direito da Universidade de Coimbra, Orlando de Carvalho, que era, contrariamente ao Ministro Eduardo Correia, um reconhecido opositor da reforma Veiga Simão. Assim, criou-se a estranha situação de se ter na secretaria de Estado responsável, nos termos do Programa do Governo, por proceder ao "desenvolvimento da reforma educativa", uma personalidade que, numa entrevista televisiva realizada já na sua qualidade de Secretário de Estado, afirmava que *da reforma Veiga Simão não ficaria pedra sobre pedra*¹⁶.

Enquanto a periferia *explodia* em reivindicações e iniciativas provenientes de todos os sectores da vida escolar e académica, o aparelho do Ministério da Educação entrava em paralisia total. As manifestações *atropelavam-se* diariamente à porta do Ministério, perante a completa incapacidade do Ministro Eduardo Correia em definir uma orientação e traçar um rumo, ao mesmo tempo que manifestava uma acentuada propensão para ceder às reivindicações que se expressassem de uma forma mais vigorosa, ou *musculada*. Embora tendo optado por manter inalterados os quadros dirigentes do Ministério¹⁷, estes serão, em geral, mantidos à margem de todas as decisões, levando inclusive a uma sua tomada de posição conjunta, tornada pública mais tarde, na véspera da queda do I Governo provisório, em que chamavam a atenção para os riscos de completa desagregação do Ministério¹⁸. Na própria equipa ministerial, os Secretários de Estado acabaram por pedir colectivamente a demissão ao Primeiro Ministro, Palma Carlos, demarcando-se, desse modo, da política de cedências do Ministro Eduardo Correia, nomeadamente face às reivindicações dos alunos quanto aos critérios de avaliação¹⁹.

A demissão de Palma Carlos e o afastamento de Eduardo Correia, e as nomeações de Vasco Gonçalves e Vitorino Magalhães Godinho, vieram

pôr fim a qualquer intenção de proceder ao *desenvolvimento da reforma educativa*, nos termos do que se encontrava consagrado na lei 5/73. Como mais tarde explicava António M. Hespanha (Raiz e Utopia, 1979)²⁰, "embora se pudessem aproveitar elementos da reforma Veiga Simão, a sua lógica interna era inaproveitável", tanto por razões de natureza *técnico-política* como de carácter estritamente *político* (p. 63). Entre o primeiro tipo de razões, Hespanha destaca a proximidade da reforma Veiga Simão com "modelos propostos por organizações internacionais como a OCDE", que subordinavam o sistema educativo às necessidades do sistema económico [capitalista], transformando "a escola no patamar da fábrica" e não servindo os "interesses das classes trabalhadoras" (p. 63). Pertencendo ainda ao âmbito das razões de natureza técnico-política, Hespanha aponta também a orientação meritocrática da reforma Veiga Simão, acreditando que "do livre jogo da procura do ensino, do livre jogo das aspirações individuais e do simples facto da expansão em termos quantitativos do sistema de ensino, poderia resultar uma democratização deste", enquanto que o novo poder desejava "a introdução de medidas de discriminação positiva, visando favorecer as pessoas socialmente mais desfavorecidas e garantir-lhes não uma igualdade formal de oportunidades, mas uma igualdade material de oportunidades" (pp. 63-64). Por último, Hespanha aponta o terceiro argumento, este de natureza estritamente política, porque a política de Veiga Simão não podia manter-se por si só depois do 25 de Abril: "ela carecia de um *modo habitual*, e não simplesmente *eventual*, de uma moldura repressiva" (p. 64).

Essa moldura repressiva corria normalmente pelo Ministério do Interior, embora em certos momentos tenha havido órgãos vicariantes no Ministério da Educação. Nos momentos em que essa moldura repressiva se atenuou, nos anos 61, 62 e em que houve uma tentativa de abertura (nomeadamente em Coimbra, com a nomeação de um novo reitor tido como liberal), as tensões imediatamente foram de tal ordem que o sistema entrou em disfunção. [...] Isto é só para dizer que, se os estudantes soubessem que não corriam o perigo de terem processos disciplinares, de serem incorporados compulsivamente na tropa, se os professores soubessem que não corriam o perigo de serem afastados compulsivamente das escolas, com certeza absoluta que os canais abertos pela reforma Veiga Simão não tinham sido suficientes para absorver as enormes tensões educativas e sociais surgidas. A política educativa dos últimos Governos de Marcelo Caetano andava a cavalo em dois ministérios, o do Interior e o da Educação e, faltando a moldura repressiva do Ministério do Interior, o sistema entrava em colapso. Foi o que aconteceu com o 25 de Abril (A. M. Hespanha, in Raiz e Utopia, 1979, p. 64).

Ultrapassados os conturbados processos de indigitação do Primeiro Ministro, Coronel Vasco Gonçalves²¹, e do Ministro da Educação, cuja escolha acabou por recair no Professor Vitorino Magalhães Godinho²², o II Governo provisório definiu pela primeira vez uma política para o sector da educação, que, claramente, pretendia romper com a herança de Veiga Simão e estabelecer um programa de transição que permitisse ao Estado retomar a iniciativa e o seu poder de regulação, fortemente abalado pela ruptura da "maior parte dos diques" e pelo "desmoronar [de] grande parte do edifício escolar" que o *25 de Abril* e o *fim do fascismo* provocara²³. As linhas de acção, apresentadas em 16 de Agosto de 1974 por Magalhães Godinho em Conselho de Ministros, e por este aprovadas por unanimidade, apontavam três significativas orientações de curto prazo:

- a) Assegurar o regular começo e funcionamento do próximo ano escolar.
- b) Desfascizar o ensino que o antigo regime nos legou, ajustá-lo às mudanças políticas e sociais que se produziram, corrigir o descontrolo do processo destes últimos meses (que já vinha aliás de trás), reintegrar num todo, agora diferente, o que se pulverizou, gizar os alicerces para uma futura reorganização profunda.
- c) Criar os meios para uma nova política educacional num Portugal que se democratiza e alijar os órgãos que a impedem de arrancar e prosseguir (In Godinho, 1975, p. 28).

A ruptura com a reforma Veiga Simão, antes começada por iniciativa da periferia no *tocante à gestão das escolas* (Lima, 1992, p. 232), foi simbolicamente materializada pelo II Governo provisório com o afastamento de todos os quadros dirigentes do Ministério da Educação, e a nomeação de novas equipas para as direcções-gerais e organismos equiparados, recorrendo, em geral, a personalidades sem anteriores responsabilidades na administração central e provenientes de diversos sectores da Oposição Democrática²⁴. Mas essa ruptura foi assumidamente mais longe, com o abandono, de facto, da implementação da lei 5/73²⁵, e a revogação de algumas das mais emblemáticas decisões de Veiga Simão, nomeadamente no sector do ensino superior²⁶. Reconhecendo que as *condições políticas* desse primeiro ano pós-revolução "não permitiriam ir, em consciência, ao fundo de determinadas questões", pois, "antes de mais o povo português teria de se pronunciar em eleições livres sobre o futuro que deseja", Magalhães

Godinho defende "umas quantas reformas basilares" de forma a "assentar os alicerces para que os cidadãos possam decidir por si os caminhos do porvir" (Godinho, 1975, p. 174). Na listagem que efectua no *balanço e reflexões* que fez após a sua saída do Ministério, Godinho salienta a remodelação dos programas dos ensinos básico e secundário e a consequente elaboração de textos de apoio que respondessem às exigências dos novos programas escolares, a preparação de legislação que regulamentasse o governo das escolas dos ensinos básico, secundário e superior, a institucionalização do regime de coeducação em todos os níveis de ensino, a revisão de todo o programa de expansão do ensino superior, a reforma das Escolas do Magistério Primário e da política de estágios pedagógicos nos ensinos preparatório e secundário, a reconversão das Escolas de Regentes Agrícolas e dos Institutos Industriais, o pagamento nas férias aos professores agregados e eventuais e o estabelecimento de critérios de recondução a este pessoal docente²⁷.

O projecto de transição que Magalhães Godinho pretendeu protagonizar não estava isento de contradições, que estarão, aliás, na base da sua demissão em Novembro de 1974. Essas contradições vão-se manifestar, no campo propriamente da educação, na avaliação de algumas das inovações antes introduzidas no sistema educativo por Veiga Simão, tendo por pano de fundo a questão da expansão escolar e a democratização do acesso à educação²⁸, bem como as prioridades internas ao sistema educativo²⁹. Depois, no campo político geral, o projecto e a forma de agir de Magalhães Godinho exigia um Estado forte e com uma direcção única, nos antípodas do Estado dual que caracterizava fortemente esse período da vida nacional.

A demissão de Magalhães Godinho³⁰ verificou-se num contexto de progressivo agravamento da situação escolar, atingindo tanto o ensino secundário, particularmente os liceus³¹, como o ensino universitário, confrontado com a impossibilidade de receber todos os alunos que terminavam o ensino secundário³² e atravessado por violentos conflitos entre organizações partidárias pelo controlo das escolas, em especial nas universidades de Lisboa e Coimbra.

Completamente despojado de meios para intervir nas escolas, o Ministério da Educação responsabilizava pela situação o *radicalismo*

*ideológico de alguns*³³, e procurava dar poderes às comissões de gestão eleitas, ou aos encarregados de direcção, para resistirem às reivindicações e pressões dos plenários estudantis, mas também de professores e de funcionários, quando não conjuntos desses três corpos, considerando apenas *consultivas* as respectivas conclusões.

Em qualquer país do Mundo, o ensino oficial constitui um serviço público que compete aos governos — no caso português, através do Ministério da Educação e Cultura — garantir a toda a população. [...] Os responsáveis, nas escolas, pela garantia daquele serviço — e, portanto, pela salvaguarda de um direito dos cidadãos — são as comissões de gestão democraticamente eleitas e, nos casos em que estas não tenham sido ainda constituídas, os encarregados de direcção. Assim, as assembleias de docentes, discentes e pessoal administrativo e auxiliar — em que se reconhece, em princípio, um real interesse — têm um carácter consultivo, não podendo as respectivas conclusões obrigar as comissões de gestão ou encarregados de direcção (Despacho conjunto dos Secretários de Estado da Administração Escolar e da Orientação Pedagógica, de 27 de Setembro de 1974)³⁴.

A incapacidade do Ministério da Educação em garantir um normal funcionamento das actividades escolares começou a preocupar as instâncias de poder político-militar, sobretudo pelas consequências negativas de tal situação no desgaste da base social de apoio da revolução³⁵. Perante as dificuldades em encontrar uma personalidade civil consensual para o Ministério da Educação³⁶, Vasco Gonçalves e a Comissão Coordenadora do MFA decidiram-se pela atribuição da pasta a um militar, o que, por sugestão de Otelo Saraiva de Carvalho, veio a recair no Tenente-Coronel Rodrigues de Carvalho. Com esta decisão procurava-se, através de um ministro militar, fazer convergir as duas legitimidades — a revolucionária do MFA e a político-administrativa do Governo provisório, acreditando-se que, desse modo, estaria facilitada a relação com os movimentos estudantis mais radicais e com as próprias Forças Armadas, sempre que se tornasse necessário estas intervirem para reporem a legalidade, através do seu comando próprio, o COPCON.

A constatação pelo MFA, a partir do 28 de Setembro, da *inviabilidade* de não se proceder a *reformas de fundo*, como se defendia no programa do I Governo provisório, sob pena de se hipotecar os objectivos da própria revolução de Abril, conduziu, à decisão de se proceder à elaboração do *Programa de Política Económica e Social*, o que veio a ser feito sob a coordenação do Ministro Melo Antunes. No quadro das *políticas sectoriais*, a

educação integra esse programa, sendo apontada, simultaneamente, como "um dos apoios fundamentais para impulsionar o desenvolvimento económico" e "um meio de transição para uma nova sociedade e um novo humanismo" (Governo Provisório da República Portuguesa - GPRP, 1975, p. 137). As finalidades a atingir no campo da educação têm ainda como preocupações dominantes o controlo da situação escolar, a democratização da escola e a reorganização dos serviços do Ministério, associadas a um vago apelo à *generosidade, lucidez e espírito de cooperação* de todos quantos trabalham no ensino.

- a) Criar um novo clima que permita o trabalho responsável e profícuo, sem desiludir as esperanças, mas sem ceder aos oportunismos e facilidades. Sanear, mas restabelecer a confiança [...];
- b) Acabar com as imposições unilaterais e a dispersão do sistema educacional; cada escola deve estar integrada num todo nacional quanto aos programas, organização e funcionamento e subordinar-se aos imperativos de uma política global que sirva a Nação como um todo;
- c) Democratizar a escola, mas de modo a que funcione com eficiência, garantindo a qualidade da educação, ensino, pesquisa científica e criação cultural; [...]
- d) Democratizar o acesso à escola, abrindo-a aos elementos de todas as classes à medida que a própria evolução social e escolar o permitir; cada qual deve chegar até onde lhe facultem as suas capacidades pessoais, e, em contrapartida, deve evitar-se o afluxo indiscriminado de quem não tem capacidades para seguir o ensino ou não está preparado (neste caso, proporcionando-lhe depois a preparação necessária);
- e) Remodelar as estruturas dos serviços do M.E.C., [...] devendo ter-se em atenção verdadeiros critérios de descentralização administrativa, a fim de contrariar o excessivo centralismo actualmente existente;
- f) Para todo este processo de construção de uma nova escola conta o Governo Provisório com a generosidade, a lucidez e o espírito de cooperação de todos os que trabalham no ensino, dos professores e dos estudantes. Uns como outros respondem perante o País; de uns como de outros muito temos legitimamente a esperar (Governo Provisório da República Portuguesa, 1975, pp. 138-139).

Contudo, no respeitante às orientações traçadas, o capítulo da educação do Programa de Política Económica e Social não apresentou propriamente um projecto de transformação da escola portuguesa, constituindo antes uma mera *listagem* de medidas, em curso ou previstas para o curto prazo, organizada significativamente pelas áreas correspondentes às competências das diferentes Secretarias de Estado do Ministério da Educação e Cultura: educação pré-primária e ensinos básico, secundário, médio e do magistério, nas suas vertentes da administração

escolar e da orientação pedagógica; cultura e educação permanente; política desportiva, de acção social escolar e de juventude; ensino superior.

Rui Grácio, um dos protagonistas marcantes deste período, reconhece em trabalho de *balanço* publicado posteriormente (Grácio, 1981), que existiu uma *continuidade* de políticas entre os diferentes Governos provisórios, da qual naturalmente exceptua o I Governo, não obstante "as alterações sucessivas ao nível da chefia" (p. 104). Mas, acrescenta, o 11 de Março, "se não cria uma ruptura na continuidade, provoca uma aceleração na caminhada, agora tendo claramente o socialismo por meta" (p. 104).

Foi num contexto de aceleração do processo revolucionário que, durante a vigência do IV Governo provisório, o Conselho de Directores-Gerais do então designado Ministério da Educação e Investigação Científica (MEIC) elabora, debate e aprova, em reuniões sucessivas nos meses de Abril e Maio de 1975, um programa que se enquadrasse na "estratégia revolucionária estabelecida no programa do Movimento das Forças Armadas", tendo como *objectivos principais* "a instauração de uma sociedade socialista e o reforço da independência nacional, através da mais ampla participação e organização das massas populares"³⁷. O programa, que começa por defender, de forma voluntariosa, que "as tarefas de ensino estão entre as tarefas prioritárias da revolução portuguesa", devendo, por isso, ser assumidas "por todas as forças progressistas e patrióticas", apontava como *objectivo número um* da política de educação a *democratização do ensino*.

Democratizar a escola é, portanto: (a) abri-la a todas as camadas sociais e regionais, privilegiando, para já, o acesso à Escola das classes trabalhadoras e das populações rurais; (b) pô-la ao serviço dos reais interesses do povo português na sua marcha para o socialismo e para a completa independência nacional; e, (c) fazer intervir decisivamente na elaboração da política escolar todas as entidades interessadas no processo revolucionário e não apenas a comunidade escolar "corporativa" de professores e alunos (Programa aprovado pelo Conselho de Directores-Gerais do MEIC, em Abril/Maio de 1975, ponto 2).

O documento programático então aprovado afirmava assumir uma clara ruptura face ao projecto educativo anterior — "a uma concepção elitista e repressiva ou a um projecto tecnocrático e consumista nós opomos uma concepção revolucionária da escola integrado num projecto revolucionário e socialista para o país" —, e pretendia dar "unidade e sentido às medidas parcelares a tomar no domínio da educação nos próximos anos" (ponto 4).

Segundo o programa em questão, essa ruptura teria de abarcar, para além do *refazimento* dos programas escolares num *sentido progressista*, "as estruturas profundas da acção pedagógica", onde a "mundivivência burguesa pode sobreviver a qualquer modificação de conteúdos de ensino", o que passava pelo *fomento* de uma "ligação íntima do ensino à prática produtiva", pois, acrescentava-se, "é por aqui que passa qualquer modificação profunda da prática pedagógica" (ponto 9).

A crise político-militar do *Verão quente* de 1975 conduziu a diversas alterações ao nível dos titulares dos cargos políticos do Ministério da Educação. Primeiro, com a queda do IV Governo provisório, iniciada pelo abandono dos ministros (e secretários de Estado) socialistas, acompanhados dias depois pelos ministros indicados pelo PPD e por independentes próximos desses dois partidos, verificou-se a saída de Rui Grácio da Secretaria de Estado da Orientação Pedagógica. O V Governo provisório, mantendo a mesma estrutura e composição do IV Governo, não contou, todavia, com Rui Grácio, que, significativamente, não foi substituído na Secretaria de Estado de que era titular desde o II Governo provisório.

A derrota da esquerda militar no seio das estruturas do MFA, em Agosto de 1975, teve como consequência imediata, no plano governativo, a queda do V Governo provisório e a constituição de um novo governo, obedecendo a critérios radicalmente distintos. Embora o VI Governo provisório tenha mantido o Ministério da Educação sob a influência dominante do MFA, verificaram-se importantes alterações na composição política dos seus titulares: a um Ministro e a um Secretário de Estado (da Administração Escolar) pertencentes à chamada *esquerda militar* — Major José Emílio da Silva e Capitão Fonseca Almeida — sucedem, nos mesmos cargos, dois outros militares, agora pertencentes ao chamado *grupo dos nove*, a corrente vencedora da crise do MFA — Major Vítor Alves e Comandante Mário de Aguiar³⁸. Quanto às outras Secretarias de Estado, verificou-se a substituição de Avelãs Nunes por António Brotas na Secretaria de Estado do Ensino Superior, o preenchimento do lugar de Rui Grácio na Secretaria de Estado da Orientação Pedagógica por Bárto Paiva Campos e a permanência de Silva Graça na Secretaria de Estado dos Desportos e Acção Social Escolar³⁹.

As alterações verificadas ao nível dos titulares políticos, se representou sobretudo, na opinião de António Hespanha⁴⁰, um conjunto de

rupturas a nível pessoal, conduziu logicamente, a uma "desaceleração no sector, onde um *capitão de Abril* ainda parece cobrir a retirada e querer, suponho, evitar o pior" (R. Grácio, 1981, p. 105). Sujeito a uma enorme pressão do PS, e dos partidos à sua direita, e olhado com extrema desconfiança pelo PCP e pelas organizações de extrema-esquerda, Vítor Alves procurou orientar a sua acção no Ministério da Educação em torno do que o próprio designa, em linguagem vincadamente militar, de três *missões*: "estabilizar, organizar e desenvolver o possível"⁴¹. Tendo realizado poucas mudanças ao nível dos quadros dirigentes do Ministério, com a excepção significativa do sector do ensino superior⁴², o VI Governo provisório, assumiu, na educação, como provavelmente em outros campos políticos, o estatuto de um *governo de transição* (R. Grácio, 1981), mantendo, no essencial, as orientações e reformas delineadas em anteriores governos, como foi o caso paradigmático do lançamento do 7.º ano de escolaridade unificado⁴³, mas não iniciando novos processos nem estabelecendo novas orientações⁴⁴, salvo no campo da educação de adultos e do combate ao analfabetismo, onde procedeu a uma revisão completa das orientações até aí seguidas, sobretudo pelos IV e V Governos provisórios⁴⁵.

Rui Grácio (1981), num balanço onde, pelas opções assumidas e pelo seu carácter sintético, reconhece o *esbatimento* de contradições, sombras e excessos, bem como "a distância entre o ideal e o real, entre o desígnio e a concretização" (p. 108), apresenta uma *listagem francamente positiva* do processo de democratização educativa encetado pelos Governos provisórios:

- a) Alteração em todos os graus e ramos de ensino, dos conteúdos da aprendizagem [...].
- b) Dignificação do estatuto pedagógico, social e cívico do professorado [...].
- c) Transformações das relações institucionais no aparelho de ensino, liberto, ou tendencialmente liberto, de formas repressivas de autoritarismo e mandarinato político, administrativo e pedagógico, bem como de algum pessoal docente, e outro, que as encarnava [...].
- d) Modificação dos objectivos propostos ao sistema de ensino nas suas relações com a sociedade global, intentando romper-se com o isolamento deliberado e a subordinação aos interesses de minorias sociais [...].
- e) Cooperação do sistema de ensino na democratização da formação social, procurando alterar a sua função de reprodução e legitimação das desigualdades sociais e regionais [...] (R. Grácio, 1981, pp. 106-107).

Não se desconhecendo que outros podem ser os balanços deste período⁴⁶, a listagem de Rui Grácio é corroborada por Stephen Stoer (1986),

quando este defende que "a revolução não somente *remobilizou* a Reforma Veiga Simão, em termos do seu próprio conteúdo, como alargou a sua acção de democratização, permitindo que a Reforma *tomasse contacto com a sociedade*" (p. 128). Segundo Stoer (1986), essa *remobilização* deu-se em função, como já referi, de uma "deslocação do poder do Ministério para as escolas" (p. 127), que permitiu, recorrendo de novo a Rui Grácio, uma reformulação dos objectivos da *reforma educativa*, dando-lhes novas dimensões nos campos da participação democrática, da igualdade de oportunidades de sucesso na educação, dos conteúdos das aprendizagens e da ligação à sociedade. Essas políticas, inseridas ainda num contexto de procura *optimista da educação* (S. Grácio, 1986, 1991), reforçaram o eixo *educação-democracia*, permitindo, nesses tempos de crise revolucionária, mobilizar os actores e legitimar as suas opções de política educativa.

A Constituição da República, promulgada a 2 de Abril de 1976, resultando embora de um compromisso alargado entre as forças políticas e o MFA⁴⁷, traduzia a preocupação de que a educação desse um contributo decisivo para a consolidação da democracia, não apenas na sua dimensão política, mas igualmente — e insistentemente — na sua dimensão social, identificada no texto constitucional com a "transição para o socialismo", mediante o "exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras" (art.º 2.º da Constituição). No capítulo referente aos *direitos e deveres culturais* (art.os 73º a 79º), a Constituição de 1976 atribuía ao Estado a responsabilidade maior de "promover a democratização da educação e as condições para que a educação [...] contribua para o desenvolvimento da personalidade e o progresso da sociedade democrática e socialista" (art.º 73.º, n.º 1), defendendo em conformidade que o ensino deveria ser modificado "de modo a superar a sua função conservadora da divisão social do trabalho" (art.º 74.º, n.º 2), e apontando mesmo que o "acesso à Universidade deve [...] estimular e favorecer a entrada dos trabalhadores e dos filhos das classes trabalhadoras" (art.º 76.º).

Contudo, após a realização das eleições para a Assembleia e a Presidência da República em 1976, e a tomada de posse dos órgãos de poder constitucional — Assembleia da República, Governo e Presidente da República, as práticas sociais e políticas irão caminhar em sentido diferente. Como afirma Boaventura de Sousa Santos (1993), à Constituição irá faltar o Estado que *quisesse e pudesse* cumprir o seu programa.

Notas

- * Comunicação apresentada no I Colóquio de Sociologia da Educação e Administração Educacional, *30 anos de governo democrático das escolas em Portugal*, Universidade do Minho, 5-6 Novembro 2004. Neste texto sintetizamos alguns dos argumentos desenvolvidos em Teodoro (2001).
- 1 Expressão contida no n.º 1 das *medidas imediatas* do Programa do MFA.
- 2 A Junta de Salvação Nacional teve a seguinte constituição inicial: General António de Spínola (presidente), General Francisco da Costa Gomes, General Manuel Diogo Neto, Brigadeiro de aeronáutica Jaime Silvério Marques, Coronel aviador Carlos Galvão de Melo, Capitão-de-mar-e-guerra José Baptista Pinheiro de Azevedo e Capitão-de-fragata António Rosa Coutinho.
- 3 Cf. n.º 2 das *medidas a curto prazo* do Programa do MFA.
- 4 Na entrevista que me concedeu, Veiga Simão confirmou esse convite, embora recusando a classificação de *convite formal*: "Ele [António Spínola] falou comigo, trocámos impressões e manifestou o seu desejo de eu ser Primeiro Ministro. Aliás, ele chegou a fazer essas declarações públicas. Não podia ser. Pedeu-me o Programa do Governo, o que eu naturalmente fiz" (cf. Teodoro, 2002, p. 104). Em outro passo da entrevista, apresenta as razões porque não podia aceitar o convite: "O Marechal Spínola teve a gentileza de, logo no dia a seguir ao 25 de Abril, passar pelo Ministério da Educação, revelando que desejaria falar comigo. Naturalmente que eu já não me encontrava no Ministério, porque o Governo tinha sido demitido à meia-noite e encontrava-me em casa. Mas ele recebeu-me no dia seguinte. Também aí há algumas conversas de natureza pessoal, mas a minha posição foi sempre clara e pode revelar-se — não o estou a dizer isto agora, porque para dizer apenas agora, o melhor era não o dizer. [...] Mas, não tendo eu querido, em termos de posicionamento, constituir qualquer movimento político, sendo Ministro do Governo anterior, não tendo protagonizado a revolução, não sabendo bem o que esta pretendia, a não ser que queria eliminar o regime anterior, e verificando, também, que o Marechal Spínola tinha sido chamado à última da hora e não era o motor da revolução, não tinha sentido eu ocupar um lugar de destaque. Na minha conversa com o General Spínola, disse-lhe, desde logo, que seria eticamente, moralmente e realmente impossível, assumir qualquer função governamental, o que não queria dizer que não podia ajudar o General Spínola com algumas ideias" (Teodoro, 2002, pp. 103-104).
- 5 Decreto-lei 203/74, de 15 de Maio. O I Governo provisório só tomará posse no dia seguinte, a 16 de Maio de 1974.
- 6 Freitas do Amaral afirma o seguinte nas suas *memórias políticas*: "Terminado o projecto, chamei no dia seguinte o Adelino Amaro da Costa, que me ajudou a melhorá-lo em vários pontos. Depois, foi entregá-lo a Veiga Simão, que o retocou no que entendeu e, nomeadamente, em matérias de educação, ciência, políticas sociais e política ultramarina. Daí segui para o General Spínola, desconhecendo eu se da parte da Presidência da República, do MFA, dos partidos da coligação ou do Primeiro-Ministro Palma Carlos, terá havido tempo ou possibilidade para grandes alterações. Atrevo-me a acreditar que não, pois o texto publicado no *Diário do Governo* de 15 de Maio de 1974, aprovado pelo decreto-lei n.º 203/74, dessa data, não difere em mais de uma dúzia de pontos, bem como no preâmbulo, da

versão inicial por mim pensada e redigida" (Amaral, 1995, p. 170). Na entrevista que me concedeu, Veiga Simão não refuta essa participação de Freitas do Amaral, mas atribui a si o essencial do texto apresentado a António de Spínola e que veio a constituir o Programa do I Governo provisório (Teodoro, 2002, p. 104).

- 7 Alberto Ralha, na entrevista que me concedeu (Teodoro, 2002, p. 539).
- 8 A sugestão do nome de Eduardo Correia para Ministro da Educação do I Governo provisório partiu de Veiga Simão, como o próprio reconhece na entrevista que me concedeu, e é confirmado por outros (e.g., entrevistas de Avelãs Nunes e António M. Hespanha em Teodoro, 2002). A ligação de Eduardo Correia a Veiga Simão datava, pelo menos, do debate sobre as *Linhas Gerais de Reforma do Ensino Superior*. Eduardo Correia animara na Universidade de Coimbra um grupo de reflexão sobre os problemas da reforma universitária, onde também participavam, entre outros, os Professores Gouveia Monteiro e Ferrer Correia, constituindo, na opinião de António Hespanha, "um *lobby*, digamos assim, de apoio à reforma de Veiga Simão" (ver Teodoro, 2002, p. 642).
- 9 Alberto Ralha, anterior Director do Secretariado da Reforma Educativa e Director-Geral do Ensino Superior, na Secretaria de Estado da Reforma Educativa; Alberto Machado, anterior Chefe de Gabinete de Veiga Simão e Secretário-Geral do Ministério, na Secretaria de Estado da Administração Escolar; e, Vítor Crespo, anterior Director-Geral do Ensino Superior e Presidente do Instituto de Alta Cultura, na Secretaria de Estado do Ensino Superior (ver, e.g., a entrevista de Alberto Ralha, em Teodoro, 2002, p. 539).
- 10 Diversas são as assembleias de estudantes que, face à hipótese ventilada na comunicação social e em certos meios políticos de Veiga Simão ser convidado para o Governo, aprovam e tornam públicas moções a repudiar uma tal hipótese.
- 11 Afirmando-se mandatada "por milhares de professores em reunião geral pelas Assembleias de delegados sindicais de todos os graus de ensino", a Comissão Instaladora do Sindicato dos Professores, em carta aberta ao Ministro da Educação e Cultura, datada de 20 de Maio de 1974, propunha, "certa de interpretar correctamente o espírito do 25 de Abril": (i) "que sejam nomeados para os cargos de Secretários de Estado do M.E.C. pessoas descomprometidas em relação ao velho regime e capazes de recolher a confiança dos estudantes e do professorado"; (ii) "a imediata exoneração e substituição do Secretário-Geral e de todos os Directores-Gerais do ex-M.E.N.". (Do meu arquivo pessoal)
- 12 Cf. entrevista de Protes da Fonseca, que fora igualmente convidado para Secretário de Estado do Ministério das Obras Públicas (Teodoro, 2002, p. 398).
- 13 Stoer (1986) acrescenta que, no interior das escolas, houve também um deslocação de poder, "dos directores das escolas e do corpo docente tradicional para os professores progressistas e para o corpo estudantil" (p. 127).
- 14 O Programa do MFA referia apenas que seria "permitida a formação de 'associações políticas', possíveis embriões de futuros partidos políticos, e garantida a liberdade sindical, de acordo com lei especial que regulará o seu exercício" (n.º 5. a) das *medidas a curto prazo*). A realidade foi o imediato aparecimento à luz do dia dos partidos políticos, acabando mesmo por impor a sua "participação no poder político revolucionário" (Ferreira, 1994, p. 46).

- 15 Do meu arquivo pessoal de documentos da Comissão Instaladora e Comissão Directiva Provisória do que veio a ser o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa.
- 16 Cf. António M. Hespanha, in *Raiz e Utopia*, 1979, p. 62.
- 17 A decisão de exonerar todos os quadros dirigentes dos Ministérios chegou a ser tomada pelo I Governo provisório. No Ministério da Educação, essa decisão não se concretizou devido a sucessivos protelamentos e, provavelmente, a desacordos quanto aos novos quadros a recrutar (ver, e.g., entrevista de Avelãs Nunes, em Teodoro, 2002, pp. 412-414).
- 18 A tomada de posição dos directores-gerais e dirigentes equiparados do Ministério da Educação foi entregue ao Ministro Eduardo Correia em 19 de Junho, embora só tenha sido tornada pública mais tarde, em meados de Julho. Nessa tomada de posição, os signatários — Alberto Machado (Secretário-Geral), Vítor Crespo (Presidente do IAC), António Leónidas (Presidente do ITE), Maria Ana da Luz Silva (Presidente do IASE), Adelino Amaro da Costa (Director do GEP), Noronha Feio (Director-Geral de Educação Física e Desportos), Aldónio Gomes (Inspector-Geral do Ensino Particular e Cooperativo), Alberto Ralha (Director-Geral do Ensino Superior), Bairrão Oleiro (Director-Geral dos Assuntos Culturais), Teixeira de Matos (Director-Geral do Ensino Básico), Tavares Emídio (Director-Geral do Ensino Secundário) e José Pedro Castelo Branco (Director do FAOJ) — manifestavam "a sua mais viva apreensão por uma eventual quebra da ordem normal que tem de existir e ser respeitada nos serviços públicos" e pela "anarquia, a onda de violências, o desrespeito, as profundas dissensões na comunidade escolar e os apelos à degradação moral que, neste momento, se instalaram nalguns estabelecimentos de ensino", informando, com *mágoa*, que se "têm visto na situação de terem de dirigir serviços sem dispoem, até ao momento, de orientações concretas acerca dos sectores a seu cargo". Os altos funcionários do Ministério terminavam o seu documento com uma profissão de fé na *reforma Veiga Simão* enquanto *caminho para consolidação de uma profunda consciência democrática*: "Finalmente, as nossas preocupações acentuam-se quando confrontamos as realidades com aquilo que lemos, no programa do Governo Provisório, sobre a obrigação que a este compete de promover o desenvolvimento da reforma educativa ou, na expressão de Sua Excelência o Presidente da República, de levar a cabo a continuação da reforma educativa. Não têm os signatários a pretensão de imaginar que a reforma educativa aprovada pela lei n.º 5/73 fosse a mais perfeita e a mais acabada possível. Não pensamos que ela, por si só, fosse suficiente para promover a elevação do nível cultural e educativo da população portuguesa, mas julgamos que a sua execução pudesse ser aperfeiçoada, corrigida, melhorada. Mas estamos certos que ela era um instrumento ao efectivo serviço do povo de Portugal; que ela era caminho para a consolidação de uma profunda consciência democrática que não poderia deixar de dar os seus frutos, limitados embora pelo quadro institucional do País" (*Diário de Notícias*, de 12.07.1974, p. 9).
- 19 Ver, e.g., as entrevistas de Protes da Fonseca e Avelãs Nunes, em Teodoro (2002). Acrescente-se que essa demissão colectiva dos Secretários de Estado do Ministério da Educação do I Governo provisório só não se concretizou por, entretanto, o Primeiro Ministro, Palma Carlos, se ter demitido, arrastando consigo, entre outros, o Ministro da Educação e Cultura, Eduardo Correia.

- 20 António M. Hespanha foi, na época, assessor do Ministro Eduardo Correia e Director-Geral do Ensino Superior no II, III, IV e V Governos provisórios.
- 21 A nomeação do Coronel Vasco Gonçalves correspondeu à intenção expressa pelo MFA de desempenhar um papel mais activo na governação nesse período revolucionário de transição. Contudo, Vasco Gonçalves não foi a primeira escolha de António de Spínola, como este reconhece mais tarde, atribuindo a proposta a Costa Gomes e à Comissão Coordenadora do MFA: "A crise aberta com essa demissão [de Palma Carlos] provocou sérias dificuldades na formação do II Governo, tendo sido então sucessivamente convidados quatro militares para a ele presidir. Todos declinaram o convite. A tentativa que esteve mais perto de concretização foi a de Firmino Miguel. [...] Cabe aqui esclarecer que, logo a seguir à renúncia de Palma Carlos, a 'Comissão coordenadora', através do General Costa Gomes e de outros membros do Conselho de Estado que sistematicamente a apoiavam, sugeriu como solução da crise a escolha de Vasco Gonçalves para primeiro-ministro, garantindo-me então Costa Gomes que aquele não era comunista nem tinha qualquer ligação com o PC" (Spínola, 1976, p. 16).
- 22 António de Spínola convidou primeiro, directamente, Protes da Fonseca para Ministro da Educação, pondo como condição que Avelãs Nunes, então Secretário de Estado da Juventude e Desportos, não continuasse. Perante a não aceitação de Protes da Fonseca, o processo de escolha do sucessor de Eduardo Correia foi já conduzido pelo Primeiro Ministro indigitado, Vasco Gonçalves, que pediu aos Secretários de Estado em funções no I Governo provisório, com excepção de Orlando de Carvalho, que escolhessem o novo Ministro. Depois de uma primeira sugestão, a de Santos Simões, recusada por Spínola, a escolha recaiu em Vitorino Magalhães Godinho, um prestigiado historiador e professor universitário demitido de funções docentes pelo Estado Novo, que manteve na sua equipa os referidos Secretários de Estado — Protes da Fonseca, Maria de Lurdes Belchior e Avelãs Nunes —, e convidou para a nova Secretaria de Estado da Orientação Pedagógica, surgida em lugar da extinta Secretaria de Estado da Reforma Educativa, Rui Grácio. A composição da equipa do Ministério da Educação e Cultura gerou um importante braço de ferro entre Spínola, de um lado, e Vasco Gonçalves e Magalhães Godinho, do outro, pois Spínola continuava a querer impor o afastamento de Avelãs Nunes, porque, segundo dizia, este estava *ligado aos comunistas*. Ver, sobre este assunto, as entrevistas de Vasco Gonçalves, Protes da Fonseca, Avelãs Nunes e António Brotas em Teodoro (2002). Ver também o *balanço* de Magalhães Godinho onde este justifica e tece considerações sobre a sua equipa de Secretários de Estado, e onde reconhece que a publicação de *Um rumo para a Educação* (Godinho, 1974) e de uns artigos sobre o momento educativo tiveram uma certa influência no convite que lhe foi dirigido (Godinho, 1975, pp. 165-231).
- 23 A situação, no início de Agosto de 1974, era descrita do seguinte modo pelo próprio Magalhães Godinho: "Daí que o 25 de Abril e o fim do fascismo em Portugal fizesse desmoronar grande parte do edifício escolar e rompesse a maior parte dos diques. Reacção inevitável e até em boa parte salutar, proveniente da súbita descompressão; mas que se processou descontroladamente, decapitou os corpos docentes (muitas vezes justificadamente, noutros casos com excesso), desmantelou os currículos de estudos e os sistemas de provas de verificação do trabalho escolar. O processo talvez tivesse sido possível de canalizar com maior

proveito se, de cima, o saneamento tivesse sido rápido, justo e eficiente, e se também rapidamente se tivessem tomado as medidas de ajustamento à mudança política. Como assim não sucedeu, deu-se a atomização do ensino, em grande número as escolas tornaram-se pequenos reinos independentes, legislando para si próprias, a embriaguez natural das reuniões de massa paralisou frequentemente o seu funcionamento e caiu-se na facilidade, o papel do pessoal docente e investigador apagou-se excessivamente, deixou de haver ensino sistematizado; as passagens sem prova ou com provas não válidas vão inundar as escolas de discentes não preparados, essas escolas não têm estruturas para os acolher dispensando um ensino de qualidade aceitável. Por seu lado, o Ministério não dispõe dos meios de acção para enfrentar tal situação de emergência de maneira adequada, está paralisado por uma legislação e um conjunto de órgãos obsoletos e emperrados" (Linhas de acção do Ministério da Educação e Cultura, in Godinho, 1975, p. 26).

- 24 A título de exemplo, refiram-se: Rogério Fernandes (e Salvado Sampaio), na Direcção-Geral do Ensino Básico; António M. Hespanha (e Frazer Monteiro), na Direcção-Geral do Ensino Superior; António Brotas, no Gabinete de Estudos e Planeamento; Myre Dore, na Secretaria-Geral; Manuela Silva, no Instituto de Tecnologia Educativa; João de Freitas Branco, na Direcção-Geral dos Assuntos Culturais; A. Melo de Carvalho, na Direcção-Geral dos Desportos; e, J. M. Correia Pinto, no Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis.
- 25 Esse abandono, de facto que não *de jure*, foi facilitado pelo facto da lei 5/73, com excepção do ensino superior, não se encontrar regulamentada. O aspecto mais saliente dessa decisão foi, provavelmente, o não alargamento da escolaridade obrigatória para 8 anos, mantendo-se o anterior limite de 6 anos, decretado por Galvão Telles em 1964.
- 26 Magalhães Godinho justificava do seguinte modo a decisão de suspender o programa de criação de novas universidades: "A fúria creadora do ministério Veiga Simão legara-nos uma multidão de universidades e estabelecimentos de ensino médio ou médio-superior, instituídos no papel, com sumptuosas comissões instaladoras, mas sem bases de viabilidade em numerosos casos, sem interesse noutros, ou quando muito funcionando por decisões verbais, sem existência legal definida, sem inscrição orçamental — caso da 'clandestina' Faculdade de Medicina do Campo de Santana. Cada cidade, ou melhor, cidadezinha, batia-se por possuir a 'sua' universidade, pelo menos o seu instituto universitário, fosse do que fosse, desde que o tivesse; era um milagre ver surgir tantas 'competências' docentes e de investigadores, quase por geração espontânea... Chegou-se a lançar a peregrina ideia de que a implantação de instituições de ensino superior faria arrancar o desenvolvimento regional — como se elas, para funcionarem capazmente, não necessitassem de dimensões demográficas mínimas e de um limiar prévio de desenvolvimento" (p. 184). Neste contexto, Magalhães Godinho decidiu também suspender o projecto de instalação das Escolas Normais Superiores, argumentando com o parecer de *técnicos da OCDE* que confirmavam que esse projecto não tinha "condições de exequibilidade com o mínimo de garantia de qualidade" (Godinho, 1975, p. 185).
- 27 A decisão de Magalhães Godinho sobre este último ponto foi tomada a contragosto, como o próprio reconhece: "em nome de um pretenso direito ao trabalho — e

dizemos 'pretensão', porque é perfeitamente absurdo supor que têm direito a trabalhar numa actividade aqueles que não dispõem de um mínimo de preparação para tais tarefas; a nação não pode estar a pagar a quem não satisfaz esse requisito, porquanto seria deteriorar gravemente o ensino, com consequências nefastas para as gerações que temos de formar a fim de construir um Portugal novo e melhor" (Godinho, 1975, p. 196).

- 28 No seu *balanço e reflexões*, Magalhães Godinho (1975) faz diversas referências a discordâncias que manteve com Rui Grácio. Por exemplo, a propósito do convite que lhe dirigiu para a Secretaria de Estado da Orientação Pedagógica: "conquanto soubéssemos que certas linhas de orientação não coincidiam com as nossas, mas esperávamos que à volta de uma mesa a convergência viesse a efectuar-se" (p. 166); ou, a propósito da escolha feita por Rui Grácio de Rogério Fernandes para a Direcção-Geral do Ensino Básico: "tinham trabalhado juntos no Centro de Pedagogia da Gulbenkian, colaborado em certas experiências Veiga Simão (por cuja continuação se batiam pertinazmente, mesmo quando nos pareciam altamente contestáveis)" (p. 168).
- 29 "Durante os meses em que dirigia o Ministério, tive apenas duas reuniões com Vitorino Magalhães Godinho, para tratar de assuntos genéricos. Os problemas referentes ao Ensino Básico eram resolvidos directamente com os Secretários de Estado da Orientação Pedagógica e da Administração Escolar (Rui Grácio e Protes da Fonseca, respectivamente). [...] Magalhães Godinho, esse, estava mais à vontade a lidar com o Ensino Superior, cuja importância, aliás, não se minimiza" (Rogério Fernandes, 1977, p. 15 n2).
- 30 As razões do pedido de demissão de Magalhães Godinho nunca foram suficientemente explicitadas, embora se possam inferir da seguinte declaração do próprio: "Depois do caso da suspensão do professor que não desejáramos mas a que tivéramos de aceder, este outro caso [retirada do Conselho de Ministros do projecto de diploma sobre a gestão nas escolas básicas e secundárias] convenceu-nos definitivamente de que carecíamos de autoridade ministerial mínima para nos mantermos em funções sem indignidade; não encontrávamos contrafortes em que nos escorássemos" (Godinho, 1975, p. 183).
- 31 As principais reivindicações dos estudantes liceais centravam-se fundamentalmente em torno de duas questões: (i) a defesa do carácter deliberativo das assembleias gerais de escola e (ii) a avaliação de conhecimentos, em particular a luta contra o restabelecimento, como média de dispensa de exame, das notas de 12 e 14 valores, respectivamente para os cursos gerais e para os cursos complementares do ensino secundário (R. Gomes, 1977).
- 32 Numa análise quantitativa desse período, António Brotas (1979, p. 137) escreveu: "Uma agudização do problema do acesso à Universidade estava prevista antes do 25 de Abril. A tolerância nos exames a todos os níveis no final de 73-74 [em 1972-73, concluíram o curso complementar dos liceus 10,8 milhares de alunos; em 1973-74, concluíram 20,7 milhares], fez com que a situação de ruptura se verificasse logo no início de 74-75".
- 33 "Hoje, num contexto político novo, a coberto do radicalismo ideológico de alguns, além de impulsos e energias juvenis à procura de aplicação, agem oportunisticamente, em certas formas de recusa e obstrução, sentimentos de

vindicta difusa ou pessoal, bem como, porventura, em jovens de certas camadas, a solução de facilidades curriculares, tanto mais aliciante quanto a democratização do ensino possa ser pressentida como ameaçadora de privilégios sociais até agora indisputados. Assim se encontra em estabelecimentos de ensino secundário, sobretudo nos liceus, — não tanto nas escolas técnicas, o que parece significativo, — um terreno mais ou menos favorável à vontade política, que alguns manifestam, de impedir o funcionamento regular da vida escolar, vontade que, aqui e ali, tem ido até à intimidação e mesmo à violência. Não pode ser" (Despacho conjunto dos Secretários de Estado da Administração Escolar e da Orientação Pedagógica, Protes da Fonseca e Rui Grácio, respectivamente, de 27 de Novembro de 1974).

- 34 Arquivo pessoal de Protes da Fonseca. Este despacho, escrito por Rui Grácio, foi transmitido aos órgãos de comunicação social e enviado para todas as escolas básicas e secundárias.
- 35 Ver, e.g., as entrevistas de Vasco Gonçalves e Vítor Alves, em Teodoro (2002). Protes da Fonseca, na entrevista que me concedeu, refere a participação da equipa do Ministério da Educação numa reunião no início de 1975, presume-se que com o Conselho dos Vinte, destinada exclusivamente a apreciar a situação escolar, bem como uma outra com responsáveis partidários (cf. Teodoro, 2002, p. 404). Na consulta que realizei às actas do Conselho da Revolução, criado em 14 de Março de 1975, pude constatar essa mesma preocupação, havendo referências explícitas à situação e acontecimentos no Instituto Superior Técnico e no Liceu Pedro Nunes.
- 36 Diversos foram os nomes equacionados nas múltiplas e distintas reuniões realizadas, uns pelos secretários de Estado em funções no II Governo, outros ao nível das consultas realizadas com os partidos políticos. Entre os nomes avançados e que não reuniram consenso, figuraram os de Jorge Campinos, Avelãs Nunes, Rui Grácio ou Jorge Sampaio.
- 37 Cf. documento do meu arquivo pessoal. Em 1977, preparei a edição de um livro com os programas de educação dos seis governos provisórios, que, por razões editoriais, acabou por não ser publicado. O programa em questão obteve-o nessa altura graças à colaboração amiga do António Manuel Hespanha, seu relator à época, faltando-lhe apenas o ponto referente à política desportiva e de cultura física.
- 38 A forma como Vítor Alves foi convidado para titular da pasta da Educação no VI Governo provisório constitui um episódio político delicioso e característico desse período: "No dia para a posse do VI Governo Provisório, eu tinha ido à Presidência da República para receber uma missão, que era a de ir a Timor resolver os problemas relacionados com a descolonização de Timor. Tinha tudo previsto para partir no dia seguinte — já tinha até o bilhete de avião na minha mão — e ia receber as últimas instruções do Presidente da República. Quando entro no seu gabinete, estava com o Presidente da República o Almirante Pinheiro de Azevedo, que era o indigitado Primeiro Ministro. Sento-me num sofá e eles dois sentaram-se em cadeiras à minha frente, e põem-me o seguinte problema: 'Vítor Alves, você tem que ser Ministro da Educação, porque os partidos não apresentam, não querem apresentar ninguém para a Educação'. [...] Voltando agora um bocadinho atrás, verificou-se que a pasta da Educação era uma daquelas de que os partidos começaram a fugir, a não querer, sobretudo se nós nos lembrarmos das *bagunças* que houve no sector desde o I Governo Provisório. Digo-lhe isto para justificar a

entrada de militares nesta pasta. Isto é, não fomos nós que quisemos a pasta, eram os partidos que não a queriam assumir pelos custos que dali advinham. Daí, entra o primeiro militar, depois entra o segundo, eu sou o terceiro, e da forma como lhe disse. E foi-me posta a coisa assim: 'Tem de ser você porque os partidos não querem. Você fez o 25 de Abril não fez? Tem que ir'. Eu pus como condição única a de escolher o meu Secretário de Estado da Administração Escolar, e exigei que fosse o Comandante Mário de Aguiar. [...] Esta condição não foi por qualquer tradição, mas antes por confiança pessoal. Suponho que os anteriores ministros, se calhar, agiram da mesma forma. O sector da Administração Escolar era fundamental, pelos problemas todos que havia: falta de edifícios, contactos com os professores, os *granéis* todos que nós conhecemos. Podia acontecer que tivesse confiança com um elemento civil qualquer, mas era natural que eu, totalmente peixe fora de água no Ministério da Educação (essa foi uma das tais coisas que eu nunca tinha pensado) me rodeasse o mais possível, e sobretudo numa Secretaria de Estado que era chave, de uma pessoa, de um militar, que eu conhecia bem" (Teodoro, 2002, pp. 225-226). Este episódio encontra-se igualmente descrito em Conselho Nacional de Educação (1998, pp. 188-189).

- 39 "Nas secretarias de Estado os partidos já queriam ter uma representação, e ao Partido Comunista coube continuar com a Secretaria de Estado da Juventude e Desportos, na época a mais fácil de gerir, menos exposta às exigências revolucionárias e, conseqüentemente, menos sensível e a que melhor servia os interesses do PCP. Como disse, só não aceitei que a Administração Escolar fosse discutida, pois aí queria o Mário de Aguiar. O [António] Brotas foi-me indicado, também, pelos socialistas, e o Bártolo Paiva Campos também me foi indicado. Eu não formei propriamente uma equipa, volto a dizer, com excepção do Mário Aguiar, e do meu Gabinete, e creio que, quanto ao Brotas, também tive uma palavra a dizer. Quanto ao Bártolo [Paiva Campos] e ao Silva Graça foi diferente. O Silva Graça tenho a certeza que me foi indicado. Não era o partido que me dizia a mim, dizia-o ao Almirante Pinheiro de Azevedo, que depois me fazia chegar a indicação" (Vitor Alves, em Teodoro, 2002, p. 226).
- 40 Cf. entrevista em Teodoro, 2002, p. 655.
- 41 Cf. entrevista em Teodoro, 2002, p. 231.
- 42 A demissão do Director-Geral do Ensino Superior, António M. Hespanha, foi uma das condições que o novo Secretário de Estado do Ensino Superior, António Brotas, colocou a Vítor Alves. Ver, sobre este assunto, a entrevista de António Brotas em Teodoro, 2002, pp. 447-448.
- 43 O lançamento do 7.º ano unificado no ano lectivo de 1975-1976 não foi uma medida pacífica no seio do Ministério da Educação, contando nomeadamente com a oposição de António Brotas e, em certa medida, de Mário de Aguiar, que consideravam que não estavam reunidas as condições mínimas para o seu lançamento. Todavia, prevaleceu a opinião contrária, partilhada, entre outros, por Bártolo Paiva Campos e Rogério Fernandes.
- 44 Por exemplo, o Estatuto das Escolas do Magistério Primário e Infantil, onde, segundo Rogério Fernandes (1977), "o ministro Vítor Alves entendeu que, tratando-se de uma reforma de fundo, deveria o assunto ser deixado para resolução do I Governo Constitucional" (p. 135). Ainda segundo Rogério Fernandes (1977), esse

Estatuto, "para além de currículos e regras de organização e gestão escolar democrática", estabelecia "o regime de trabalhos dos professores e o seu recrutamento através de concurso de provas públicas" (p. 135).

- 45 Augusto Santos Silva (1990) descreve do seguinte modo os programas que, ao nível do poder de Estado — Campanha de Dinamização, Plano Nacional de Alfabetização e algumas iniciativas no âmbito do Serviço Cívico Estudantil — prevaleceram até ao V Governo provisório: "distinguiram-se por, operando por transferência do modelo cubano de uma campanha de massas e em pouco tempo, radicarem numa concepção de dinamização do centro para a periferia (inclusivamente em termos geográficos) e do vértice da pirâmide do poder social para a base, e numa quase total referência a métodos de esclarecimento pontual de agentes tidos por iletrados, logo, impreparados cívica e politicamente" (p. 20). O convite dirigido por Vítor Alves a Alberto Melo para Director-Geral da Educação Permanente conduziu a uma radical redefinição da orientação estatal neste campo, abandonando os anteriores conceitos de *alfabetização* e de *campanha*: "No entanto, a via adoptada pela D.G.E.P. não foi a de campanhas massivas de alfabetização, mesmo nas regiões com fraco grau de organização popular. Em vez de nos preocuparmos com o que faltava a essas populações ('a cultura literária ou escrita'), queríamos partir do que elas tinham em abundância mesmo (e sobretudo?) nas regiões ditas 'mais atrasadas': a cultura popular, o saber, o saber dizer, o saber fazer. Não podendo utilizar a sua própria organização colectiva como meio de transformação da realidade, queríamos partir da sua realidade, da cultura vivida e, para isso, proceder a uma recolha de tradições orais (cantos, poesias, provérbios, história local, medicina popular, contos), de danças e processos artesanais, etc., coligidos ao vivo e no contacto quotidiano com as populações. A partir destas recolhas, produzir-se-iam materiais a enviar às mesmas populações — sob a forma de exposições fotográficas, filmes, discos e outros registos, brochuras ilustradas, etc. *A escrita entraria, portanto, na aldeia ao serviço da cultura existente nestas regiões*; antes mesmo de saber ler já os habitantes teriam 'escrito' ou ajudado a escrever um livro, uma brochura; destruía-se o feitiço" (A. Melo & A. Benavente, 1978, p. 13).
- 46 E.g., o de E. Marçal Grilo (1994, p. 407): "A democratização rapidamente se transformou em anarquia, dado não existir liderança política capaz de conter os excessos que inevitavelmente teriam que ocorrer após cerca de cinco décadas de um regime autoritário. As alterações que se tentaram introduzir, tanto nos sistemas de ensino básico e secundário como no ensino superior, acabaram, na maior parte dos casos, por se saldar num enorme fracasso, uma vez que não havia nem estruturas nem agentes com capacidade para executar as medidas que eram pensadas nos gabinetes. [...] Isto é, a Revolução de 1974 acabou, em certa medida, por se transformar num obstáculo às reformas educativas concebidas pelo Prof. Veiga Simão e pela sua equipa em 1970 e consagradas na lei de bases que foi aprovada e publicada em 1973 (Lei n.º 5/73, de 25 de Julho) e que para a época representava um passo extremamente relevante para a modernização e a abertura do sistema educativo português".
- 47 No que respeita às propostas apresentadas e ao debate verificado na Assembleia Constituinte em torno do capítulo sobre *direitos e deveres culturais*, ver A. Reis Monteiro (1977).

Referências

- AMARAL, Diogo F. do (1995). *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (1998). *Educação. Memórias e Testemunhos*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação / Gradiva [Prefácio de Jorge Sampaio; Apresentação de Teresa Ambrósio].
- FERNANDES, Rogério (1977). *Educação: uma Frente de Luta*. Lisboa: Livros Horizonte.
- FERREIRA, José M. (1994). Portugal em Transe (1974-1985). In J. Mattoso (Dir.) *História de Portugal*. Vol. VIII. Lisboa: Círculo de Leitores.
- GODINHO, Vitorino M. (1975). *A Educação num Portugal em Mudança*. Lisboa: Edições Cosmos.
- GOMES, Raul (1977). *A Educação Democrática em Perigo. O Bloqueio Político do MEIC*. Porto: Limiar.
- GOVERNO PROVISÓRIO DA REPÚBLICA PORTUGUESA [GPRP] (1975). *Programa de Política Económica e Social*. Lisboa: Imprensa Nacional — Casa da Moeda.
- GRÁCIO, Rui (1981). *Educação e Processo Democrático em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- GRÁCIO, Rui (1984). Problemas e perspectivas do ensino em Portugal. In G. Snyders, A. Léon & R. Grácio. *Correntes Actuais da Pedagogia*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 66-119.
- GRÁCIO, Rui (1986). Políticas de ensino e efeitos perversos — caso do secundário. *O Jornal*, 27 de Junho [Obra Completa, vol. II, pp. 553-559].
- GRÁCIO, Rui (1991). Relance sobre a educação escolar dezasseis anos depois. *Vértice*, nº 38, pp. 57-63.
- GRÁCIO, Sérgio (1986). *Política Educativa como Tecnologia Social: as Reformas do Ensino Técnico de 1948 e 1983*. Lisboa: Livros Horizonte.
- GRÁCIO, Sérgio (1991). Crise juvenil e invenção da juventude. Notas para um programa de pesquisa. In S. R. Stoer (org.), *Educação, Ciências Sociais e Realidade Portuguesa — uma Abordagem Pluridisciplinar*. Porto: Afrontamento, pp. 103-111.
- GRILO, Eduardo M. (1994). O Sistema Educativo. In A. Reis (Coord.). *Portugal, 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 406-435.
- LIMA, Licínio (1992). *A Escola como Organização e a Participação na Organização Escolar. Um Estudo sobre a Escola Secundária em Portugal (1974-1988)*. Braga: Instituto de Educação da Universidade do Minho.
- MELO, Alberto & BENAVENTE, Ana (1978). *Educação Popular em Portugal (1974-1976)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MONTEIRO, Agostinho dos R. (1977). *Educação e Constituição de Abril*. Lisboa: Livros Horizonte.
- PETRELLA, Riccardo (1990). *Reflexões sobre o Futuro de Portugal (e da Europa)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian [VII vol. da série Portugal, os próximos 20 anos. Prefácio e tradução de Manuela Silva].

- RAIZ E UTOPIA (1979). Mesa Redonda: Educar em Portugal. *Raiz e Utopia*, n.º 9/10, pp. 55-133.
- REIS, António (1994). A Revolução de 25 de Abril. In A. Reis (Coord.). *Portugal, 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Publicações Alfa, pp. 12-18.
- SANTOS, Boaventura de S. (1990). *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Edições Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de S. (1993). O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português. In B. de S. Santos (Org.). *Portugal: Um Retrato Singular*. Porto: Edições Afrontamento / Centro de Estudos Sociais, pp. 15-56.
- SILVA, Augusto S. (1990). *Educação de Adultos, Educação para o Desenvolvimento*. Porto: Edições Asa.
- SPÍNOLA, António de (1976). *Ao Serviço de Portugal*. Lisboa: Ática/Livraria Bertrand.
- STOER, Stephen R. (1986). *Educação e Mudança Social em Portugal. 1970-1980, uma Década de Transição*. Porto: Edições Afrontamento.
- TEODORO, António (2001). *A Construção Política da Educação. Estado, Mudança Social e Políticas Educativas no Portugal Contemporâneo*. Porto: Edições Afrontamento.
- TEODORO, António (2002). *As Políticas de Educação em Discurso Directo (1955-1995)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

EDUCATIONAL MOBILIZATION IN A REVOLUTIONARY TIME. PERIPHERY AND CENTRE AT THE SCHOOL DEMOCRATIC PROCESS (1974-1996)

Abstract

The Portuguese Revolution of the 25th April 1974 allowed a social mobilization without precedents in the country's history. In this paper, included in an event that pretends to commemorate 30 years of democratic schools government, the author reflects about the ways through which the school actors mobilization in the periphery (in particular, teachers and students) had influenced the centre, or, in other words, had constrained the political programmes (and the action) of the provisional governments. We argue that, in this period 1974-1976, power changed to the schools, which permitted a reformulation (and a remobilization) of the educational reform main goal, giving new dimensions to the democratic participation, equity, and the learning

practices. These policies, yet inserted in an optimist context about schooling, had strengthened the education-democracy axle, that allowed, in a revolutionary time, mobilizing the actors and legitimating educational policies options.

**MOBILISATION EDUCATIVE EN TEMPS DE CRISE REVOLUTIONNAIRE.
PERIPHERIE ET CENTRE AU PROCESSUS DE DEMOCRATISATION DES ECOLES
(1974-1976)**

Résumé

La révolution portugaise du 25 Avril 1974 a permis une mobilisation sociale sans précédents dans l'histoire du pays. Dans cet article, incluse dans une initiative qui prétend commémorer 30 années de gouvernement démocratique des écoles, on cherche réfléchir sur les modes comme la mobilisation des acteurs scolaires (en particulier, des enseignants et des étudiants), à la périphérie du système a été répercutante au centre, ou, d'autre façon de dire, aux programmes politiques (e à l'action) des différents gouvernements provisoires. On défend que, à cette période 1974-1976, il y a eu une délocalisation du pouvoir vers les écoles et universités, ce qui a permis une reformulation (et une remobilisation) des objectives de la réforme éducative, en leur donnant des nouvelles dimensions aux champs de la participation démocratique, d'égalité de chances au succès éducatif, des contenus d'apprentissage et de liaison à la société. Ces politiques, encore insérées dans un contexte de demande optimiste d'éducation, ont renforcé l'axe éducation — démocratie, en permettant, en temps de crise révolutionnaire, mobiliser les acteurs et légitimer leurs options de politique éducative.